

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	15
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>Capítulo I – DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS PRESTACIONAIS E NORMAS PROGRAMÁTICAS</b> .....	21
1.1 Direitos Fundamentais Individuais e Sociais Prestacionais como direitos de realização do homem em sociedade.....	21
1.2 A interdependência dos direitos fundamentais e suas funções .....	34
1.3 Sobre a tipologia das normas de direitos fundamentais sociais prestacionais: estudo da tipologia das normas na Constituição do Brasil .....	41
1.3.1 Os direitos fundamentais sociais prestacionais e as normas programáticas .....	52
1.3.1.1 As normas de direitos fundamentais prestacionais são definidoras de direitos ou de programas? .....	57
1.4 Normas de direitos sociais prestacionais como definidoras de direitos <i>prima facie</i> .....	67
<b>Capítulo II – SUBJETIVIDADE E JUSTICIALIDADE DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS PRESTACIONAIS</b> .....	75
2.1 Eficácia jurídica e social e posições subjetivas: a subjetividade dos direitos fundamentais sociais prestacionais .....	75
2.1.1 Eficácia jurídica e social, exequibilidade das normas jurídicas e direitos subjetivos.....	78
2.1.2 A subjetividade das normas programáticas .....	85
2.1.3 Dimensões do direito subjetivo e posição dos jurisdicionados diante das normas de direitos sociais prestacionais .....	88
2.1.3.1 Subjetividade positiva dos direitos fundamentais sociais prestacionais, separação dos poderes e reserva do possível .....	96

2.2	Direito subjetivo, conteúdo essencial e definição dos direitos fundamentais sociais prestacionais pelo Poder Judiciário.....	106
2.3	Omissões fundamentais e o mandado de injunção como instrumento de concretização dos direitos sociais prestacionais no plano do Judiciário .....	117
<b>Capítulo III – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL DO DEVER DE MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS PRESTACIONAIS .....</b>		
3.1	O dever da administração pública de materializar os direitos fundamentais sociais prestacionais como prestações subjetivas e o controle judicial da discricionariedade administrativa .....	131
3.1.1	A discricionariedade e as omissões administrativas na realização dos direitos fundamentais sociais prestacionais .....	143
3.1.2	Discricionariedade administrativa na materialização dos direitos fundamentais sociais prestacionais e separação dos poderes.....	146
3.1.3	O Supremo Tribunal Constitucional e o controle da discricionariedade administrativa na materialização dos direitos fundamentais sociais prestacionais .....	149
3.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como juízos de controle da discricionariedade administrativa na materialização dos direitos fundamentais sociais prestacionais .....	152
3.2	Judiciário como espaço político, justificação das decisões e abertura no processo de interpretação dos direitos fundamentais.....	159
3.2.1	Justificação das decisões e sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: o controle social das decisões judiciais pela subjetividade dos direitos fundamentais sociais prestacionais .....	165
3.2.2	Súmula vinculante e participação social: o controle social das decisões do STF .....	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		175
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		181
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		187